

A EXPERIÊNCIA DE FOMENTO PÚBLICO A FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO NORDESTE: O CASO DA REDE BODEGA*

Alcides Gussi**
Clarício dos Santos Filho***
Gláucia Furtado Brasil de Almeida****

1 INTRODUÇÃO

A emergência do movimento social da economia solidária na década de 1990 no Brasil ocorre com o sentido de um movimento propositivo no campo da geração de emprego, trabalho e renda, mas conjugando, simultaneamente, a perspectiva da capacidade de empreender e do trabalho associado. O que distingue a economia solidária é a posse e o uso dos meios de produção e distribuição que são socializados por meio de práticas de gestão democrática dos empreendimentos, formando redes de empreendimentos, e a repartição dos resultados entre seus associados.¹

Consoante suas características e especificidades, o movimento da economia solidária passa a demandar sistemas específicos de finanças para canalizar o fomento² das suas redes de empreendimentos, mobilizando tanto as entidades governamentais quanto as organizações não governamentais (ONGs). No campo governamental, e especificamente para a região Nordeste, uma série de articulações ocorreu entre 2003 e 2004, envolvendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e outras grandes redes do movimento, a então recém-criada Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e o Banco do Nordeste

* Este artigo foi apresentado em sua versão completa no VII Encontro Internacional de Economia Solidária do Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão em Economia Solidária (Nesol) da Universidade de São Paulo (USP), ocorrido nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2011.

** Professor-doutor do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC).

*** Mestre em Sociologia, coordenador de Estudos e Pesquisas – Banco do Nordeste do Brasil/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (BNB/Etene).

**** Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas da UFC.

1. Para Paul Singer, secretário nacional da Economia Solidária, “a economia solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Reúne o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios” (SINGER, 2003).

2. Utilizamos o termo fomento para designar uma atividade do Estado de estímulo, incremento, incentivo de atividade particular que seja de interesse público, sem coação para o seu exercício, já que nascida no seio da sociedade. O fomento econômico funciona com outorga de vantagens patrimoniais aos particulares mediante benefícios reais (prestação ou doação de coisas ou serviços da administração aos particulares) ou financeiros (transferência direta ou indireta de pecúnia através de privação de receita). Os convênios, contratos de gestão e termos de parceria são instrumentos de fomento econômico. Disponível em: <<http://direito-e-justica.blogspot.com/2009/06/fomento-publico.html>>

do Brasil (BNB), uma instituição financeira regional do governo federal.³ O objetivo era criar um programa de finanças solidárias de caráter antecipatório, com vistas a uma política nacional de financiamento da economia solidária. No bojo desta articulação foi elaborado e implementado, a partir de 2005, o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) com a finalidade de apoiar financeiramente os empreendimentos de economia solidária com recursos não reembolsáveis oriundos de parcela do lucro do BNB.

O PAPPS resgata como metodologia os Fundos Rotativos Solidários (FRSs), uma prática ancestral das comunidades camponesas no Nordeste, baseada na dimensão comunitária da reciprocidade, da dádiva e da moralidade, presentes também nos movimentos associativos. Os FRSs são instrumentos de finanças solidárias direcionados às comunidades que, em tese, praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária, e que decidem (re)investir parte desta em prol da vizinhança. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade, do tipo em que o agricultor compartilha água de beber porque “no sertão, água não se nega”, e cria animais nos fundos de pastos, em áreas de pastagens comuns.

As escolhas e decisões de alocação dos FRSs são compartilhadas por um Comitê Gestor Local, constituído por representantes dos empreendimentos e por entidades de apoio, que implementam as ações do programa nas comunidades. Trata-se de uma metodologia que, na sua própria natureza, confronta a tradição do Estado de promover ações desenvolvimentistas baseadas no individualismo e na propriedade privada capitalista. É com este desenho que o PAPPS fomenta, desde 2008, o FRS da Rede Bodega, com aplicações em torno de R\$ 120 mil em investimento e custeio.

A Rede Bodega iniciou a sua estruturação em 2004, reunindo empreendimentos nos territórios e entornos de Fortaleza, Aracati, Tianguá e Limoeiro do Norte, nas cooperativas Bodega Nordeste Vivo e Solidário, Budega do Povo, Budegama e Arcos. Com assistência técnica da Cáritas Brasileira Regional Ceará, hoje há em torno de 50 grupos produtivos produzindo horta orgânica, quintal produtivo, pequenos animais, mel, artesanato, mudas nativas e frutíferas, beneficiamento de frutas, entre outras atividades.

Neste artigo, com dados ainda exploratórios, está em discussão o processo de avaliação desta política pública, cuja especificidade é a incidência nas relações sociais de comunidades tradicionais, por conta da metodologia de gestão social compartilhada de recursos públicos. Entre as questões que emergem, está exatamente a possibilidade de resignificação destas identidades tradicionais *vis-à-vis* a introdução da dinâmica das políticas públicas: por exemplo, a gestão social do FRS pode fortalecer ou obstaculizar o conjunto de relações sociais da comunidade, inclusive do ponto de vista do gênero étnico-racial. Uma outra questão relevante é a contribuição efetiva do PAPPS/FRS para novas configurações territoriais, do ponto de vista da geração do emprego e da renda, da agroecologia e do meio ambiente. Nas seções seguintes, sistematizamos os principais avanços desta pesquisa.

3. O BNB é um banco de desenvolvimento criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19/7/1952. É uma instituição financeira múltipla, organizada sob forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 94% de seu capital sob o controle do governo federal. A missão do BNB é atuar na capacidade de instituição financeira pública como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E FINANÇAS SOLIDÁRIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

No quadro das transformações ocorridas no mundo do trabalho, a Economia Solidária tem levado pessoas e comunidades a criarem espaços de produção e comercialização exercitando a solidariedade, a democracia e a autonomia. Tem como desafio a construção de uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo de bens socialmente produzidos, mostrando à sociedade possibilidades ou experiências alternativas que rompam com a lógica do mercado e da competição (BERTUCCI; SILVA, 2003; DOWBOR, 2008).

Especificamente a autogestão, diferente da gestão praticada na economia de mercado, exige um esforço adicional por parte dos trabalhadores que formam a empresa solidária, pois além de cumprir as tarefas inerentes ao cargo que ocupa, eles têm que se preocupar com os problemas gerais da empresa. Na gestão social, tudo que acontece é levado ao conhecimento e submetido à aprovação do grupo.

Os anos 1990 demarcam um divisor de águas das políticas de crédito: como uma alternativa ao *moral hazard*⁴ ou pela necessidade de ampliar a base social do crédito e mitigar a pobreza, emergem nas políticas públicas as tecnologias baseadas na gestão social do crédito, em que as relações de proximidade, próprias das comunidades, o associativismo e a cooperação entre atores locais são mobilizados para auferir o grau de confiança moral e econômica em relação ao pleiteante do crédito.⁵ Podemos mencionar a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), com forte protagonismo do movimento sindical dos trabalhadores rurais, e os programas governamentais e não governamentais de microcrédito, a exemplo do CrediAmigo, gerido pelo BNB, e os bancos comunitários e moedas sociais, cujo exemplo emblemático é o Banco Palmas, no Ceará.

Esta abordagem incorpora uma visão territorial do financiamento do desenvolvimento, buscando alinhar a alocação dos recursos com elementos estruturadores do crédito, na perspectiva de que a dinâmica de interação social entre os atores elimine o risco moral e a informação imperfeita. Por outro lado, a articulação político-institucional inserida nas redes possibilita o acesso aos mercados de bens, produtos e serviços enquanto construções sociais. E, coordenando estes processos interativos, valoriza as formas de coordenação e governança territoriais, que podem ser tanto uma associação quanto uma cooperativa de agricultores familiares, uma ONG ou uma agência de desenvolvimento local. Estava então configurado o nascente “campo” de finanças solidárias, com a marca ainda incipiente da responsabilidade do coletivo, principalmente lastreada pelo instrumento de aval solidário, já apontando para uma gestão social do crédito produtivo.

4. Historicamente, as políticas de crédito foram informadas pela racionalidade microeconômica empresarial voltada ao bom desempenho na geração de receitas do empreendimento visto individualmente, e a maximização da confiança entre aquele que tomava e o que ofertava os recursos financeiros. Essas tecnologias visavam minimizar os efeitos negativos da informação imperfeita sobre as condições econômicas dos empreendimentos e conduta moral e ética dos gestores, isto é, o risco moral (*moral hazard*) de postulantes ao crédito (STIGLITZ; WEISS, 1981).

5. A propósito, ainda na década de 1970, o Grameen Bank fundou esta estratégia em Bangladesh nas ações com o microcrédito. Neste sentido, utilizamos a noção de gestão social tendo como referência o sentido que lhe é atribuído por França Filho (2003, p. 5), ou seja, “um modo de gestão próprio às organizações atuando num circuito que não é originariamente aquele do mercado e do Estado, muito embora estas organizações entretendam, em grande parte dos casos, relações com instituições privadas e públicas, através de variadas formas de parcerias para consecução de projetos. Este é o espaço próprio da chamada sociedade civil, portanto uma esfera pública de ação que não é estatal”. Ressalta ainda França Filho (2003) que “o termo gestão social vem sugerir desse modo que, para além do Estado, a gestão das demandas e necessidades do social pode se dar via a própria sociedade, através das suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização, especialmente o fenômeno associativo” (ver SANTOS FILHO, 2010).

A partir do encontro e da troca de experiências, os empreendimentos e as entidades de apoio optaram pela denominação “finanças solidárias”, um modo de nomear e atribuir identidade à estruturação de um campo que passou a aglutinar as experiências de FRSS, Cooperativas de Crédito Solidário e Bancos Comunitários. Portanto, tais experiências compartilham mais do que demandas e agendas comuns, compartilham anseios e sonhos, significados e reflexões em prol de um mundo mais justo. São elas que vão, pouco a pouco, dando forma e conteúdo ao campo que foi batizado de “finanças solidárias” como algo distinto dos conceitos por demais abrangentes de “microcrédito” e de “microfinança” (PAIVA, 2006).⁶

3 BREVE TRAJETÓRIA DO PAPPS E A METODOLOGIA DOS FRSS

Logo após a implementação do governo Lula, no BNB, foram abertos canais de interação e articulação com os movimentos sociais, de certa forma represados ou não reconhecidos pelas administrações anteriores, cujo perfil fora marcado pela centralização e inexistência de diálogos com os setores populares e seus representantes.⁷

Em 2003, o BNB apoiou, em parceria com a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), uma experiência de auto-gestão dos canavieiros da Usina Catende, localizada em Pernambuco. Em abril de 2005, foi lançada pelo BNB, em parceria com a Senaes e as redes da economia solidária, a primeira chamada pública de apoio a projetos do PAPPS por meio de carta-convite e outros “avisos” para toda a região Nordeste. Esses projetos ocorreram em janeiro de 2008 e julho de 2010. Os recursos são de caráter não reembolsável, provenientes do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), formado com parcela de lucro do BNB. A outra fonte é da própria Senaes. Nas duas primeiras chamadas foram contemplados 50 projetos, somando R\$ 4,8 milhões, sendo R\$ 2,3 milhões do BNB/FDR e R\$ 2,5 milhões da Senaes. No Aviso de julho de 2010, foram conveniados mais 15 projetos, perfazendo um total de R\$ 6,3 milhões de recursos. Com a previsão de edital de R\$ 1 milhão para a Bahia, somado a outras contratações, a expectativa é ultrapassar os R\$ 8 milhões, distribuídos em mais de 85 projetos em 2011.

Por meio dos FRSS investem-se recursos na comunidade, mediante empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas (DUQUE; SANTOS FILHO, 2007; SANTOS FILHO, 2010). Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local. Entre os projetos apoiados pelo PAPPS desde 2008, está o FRS da Rede Bodega, que passamos a analisar.

4 FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO REDE BODEGA: OLHARES ETNOGRÁFICOS

Sob os princípios da economia solidária, foi iniciada em 2004 a Rede Bodega com a participação de 13 grupos, e hoje são 50 grupos associados estabelecidos em 13 municípios das

6. Ocorrida no BNB, em Passaré, Fortaleza-CE, entre 3 e 5 de maio de 2010, e que definiu as propostas para serem apreciadas na II Conferência Nacional da Economia Solidária, em Brasília, em junho de 2010.

7. Conforme apontou Mota (2009), “embora se saiba que gestões anteriores tenham implantado programas como o BNB/PNUD, o “Farol do Desenvolvimento” e o CrediAmigo, orientados por articulações com os movimentos sociais, deve-se reconhecer que isto ocorreu muito mais por conta de posições isoladas do que institucionais”. Explica o autor que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) atua para revigorar as parcerias regionais e age como mediador e promotor de alternativas de desenvolvimento, como por exemplo, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (PADL). A experiência piloto do PADL em parceria com o BNB foi desenvolvida no ano de 1996 em Tejuçuoca-CE, em seguida, em dois municípios pernambucanos: Catende e Timbaúba.

regiões do Baixo Médio Jaguaribe, do Litoral e da região serrana do Tianguá, de Limoeiro do Norte e de Sobral. A Rede é composta pela Bodega Nordeste Vivo e Solidário, cuja personalidade jurídica é Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária (Coapsol), estabelecida com loja de comercialização em Aracati e Prainha do Canto Verde, litoral do Ceará; a Bodega do Povo, representada pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroecológicos e Artesãos Bodega do Povo Ltda (Coopa), estabelecida em Tianguá; a Budegama, associação de mulheres que atua no Conjunto Esperança, bairro da periferia de Fortaleza; e a Arcos, sediada em Sobral e recém-criada.

Importa ressaltar os eixos essenciais da Rede Bodega: primeiro, é um movimento de ressignificação da prática comunitária das bodegas no Nordeste, em cujos primórdios estão os princípios da troca, do intercâmbio e da reciprocidade. Neste sentido, em um segundo eixo, estão as funções da Rede Bodega, de servir de referência para a comercialização justa e solidária, organizar os processos de produção e beneficiamento e mobilizar recursos de créditos para produção, comercialização e consumo. Conseqüentemente, o terceiro eixo é a composição social do trabalho associado na Rede Bodega de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, artesanato, pequenas agroindústrias de beneficiamento de produtos alimentícios, artesanatos diversos e prestação de serviços.

Em 2008, a rede acessou o crédito público na seleção do PAPPs. O projeto Rede Bodega: Construindo Fundos de Produção e Comercialização Solidária foi contemplado com recursos na ordem de R\$ 119.829,00 para cumprir o objetivo de fomentar os FRSs vinculados à Rede Bodega, entre agosto de 2008 e julho de 2010.

O projeto foi elaborado coletivamente, mas proposto e conveniado pela entidade Cáritas Brasileira Regional Ceará, tendo como sujeitos a serem apoiados os grupos associados às bodegas: grupos produtivos, associações, assentamentos, unidades familiares; diretorias e conselhos gestores das bodegas; comissões e/ou grupos de trabalho de autogestão dos fundos solidários; e grupos produtivos acompanhados pela Cáritas e parceiros.

Para o acesso aos recursos, os grupos produtivos elaboraram planos de trabalho da sua atividade com descrição de finalidades, orçamentos e prazos de execução e compromissos devolutivos. Assim, foram formados os seguintes fundos conforme o quadro a seguir.

QUADRO 1

Fundo rotativo solidário de produção	aplicado nas compras de insumos, equipamentos e matéria-prima, sendo 100% retornável;
Fundo fixo de apoio à produção	aplicado para aquisição de equipamentos para iniciar e/ou ampliar a produção coletiva, com destinação final para custear gastos com espaços físicos e outros itens de logística;
Fundo rotativo solidário de apoio à comercialização	recursos destinados à comercialização entre os grupos e a Rede Bodega, disponibilizando adiantamentos aos associados que depositam a produção, variando entre 30% e 50% do valor das mercadorias, sendo 100% retornáveis;
Fundo fixo de apoio à comercialização	destinado à aquisição de equipamentos e outros materiais de infraestrutura e logística para a comercialização.

Fonte: Relatório de Avaliação da Rede Bodega, 2010.

As devoluções previstas mediante planejamentos e acordos assumidos pelos produtores foram depositadas em contas-correntes bancárias específicas, possibilitando novos acessos pelos mesmos, ou por novos produtores e grupos nas mesmas modalidades e critérios propostos na constituição inicial dos fundos para produção e comercialização, contribuindo, por conseguinte para a rotatividade, sustentabilidade, autogestão e autonomia da rede.

Para a gestão social do projeto, foi constituída uma Comissão Gestora do Projeto Rede Bodega, composta de representantes das bodegas e da Rede Cáritas, que fez o acompanhamento e o monitoramento das ações. Em cada bodega foi replicada uma comissão gestora, composta por grupos associados, representantes da diretoria e de entidades parceiras, com realização de reuniões mensais e bimensais. Neste âmbito, aconteceram as escolhas de novos investimentos e a inclusão de novos grupos produtivos. Além das comissões, as bodegas foram corresponsáveis, a partir dos próprios grupos, pela autogestão mediante assembleias ordinárias, conselho gestor, conselho administrativo e comissões de fundos solidários.

As trocas de experiências entre as bodegas possibilitaram um aprendizado de forma compartilhada a partir da metodologia Planejamento, Monitoração, Avaliação e Sistematização (PMAS), que consiste em planejar a partir de um diagnóstico dos problemas e dificuldades, buscando sua solução. A prática se dá mediante oficinas de elaboração de projetos, reunindo as necessidades e as propostas das diferentes bodegas de acordo com suas realidades. Os dados colhidos nessa construção são sistematizados, formando o Plano Operativo Anual (POA), de onde saíram as ações e os projetos a serem encaminhados na busca de recursos. Esta dinâmica foi fundamental nos resultados e impactos alcançados pela rede, dos quais podem-se destacar no quadro a seguir.

QUADRO 2

Na produção, comercialização e consumo solidário:	aquisição de novos equipamentos, favorecendo a adoção de novas tecnologias apropriadas ao sistema produtivo dos grupos associados, e processos de comercialização pelas bodegas; comercialização da produção na própria comunidade e aumento do consumo dos produtos das bodegas, entre outros.
Nos fundos e finanças solidárias:	as devoluções do fundo rotativo de produção possibilitaram à Budegama atender a nove novos projetos com valor total de R\$ 12.763,00 para novas aquisições de máquinas de costura, feitas a partir de compra coletiva, garantindo um maior desconto no preço final dos equipamentos.
Na formação, articulação e intercâmbios:	os intercâmbios em Santa Maria-RS possibilitaram diálogos com novas parcerias e redes de comercialização solidária, dentre estes com o Instituto Marista de Solidariedade (IMS), a Rede Xique Xique, a Rede Justa Trama, a rede Eco Vida, iniciando uma relação de proximidade e continuidade a partir de reuniões de trabalho, trocas de produtos e de informações.

Fonte: Relatório de Avaliação da Rede Bodega, 2010.

5 APONTAMENTOS SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DOS GRUPOS PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS

5.1 COAPSOL

A Bodega Nordeste Vivo e Solidário, instalada no município de Aracati-CE, distante 160 km de Fortaleza, é constituída por agricultores/as familiares e artesãos/ãs. Atualmente é composta por 58 grupos de produção, envolvendo 295 famílias de 36 comunidades de 13 municípios. Conta com dois espaços físicos, um em Aracati e outro na Prainha do Canto Verde, utilizados para a comercialização de produtos artesanais, higiene pessoal, confecções, alimentícios e agroecológicos, além de realizar feiras livres e de saberes e sabores. O comitê gestor é formado por dois representantes de cada grupo associado, e o comitê administrativo, por um representante de cada grupo. A comissão dos fundos solidários, composta pelos conselhos gestor e administrativo, analisa os projetos a serem financiados, mediante os seguintes critérios: estar associado e produzir segundo os critérios da Economia Solidária (produção coletiva, respeito ao meio ambiente, solidariedade). O valor máximo é de R\$ 700, com devolução em 12 meses, com dois meses de carência.

Já são mais de 140 itens comercializados na Bodega Nordeste Vivo e Solidário e distribuídos nas outras três bodegas: Budegama, de Fortaleza, Budega do Povo, em Tianguá, e Arcos, de Sobral. Os principais produtos comercializados são mel, licor, queijo, galinha caipira, multimistura e produtos artesanais: confecções de cama, mesa e banho, roupas de praia, camisas, conjuntos de roupas, blusas, *shorts*, bonecas. A comercialização participativa é feita diretamente com o consumidor a preço “justo”, já acrescida uma taxa de 12% a fim de garantir um fundo para a sustentabilidade da bodega. Os ganhos dos associados são feitos mediante prestação de contas, de acordo com a produção recebida na bodega.

Como forma de divulgar os produtos da bodega, foi criado, em setembro de 2010, o Café da Roça, espaço para a venda de café, tapioca, bolo, leite etc. como forma de atrair o cliente para visitar a loja e melhorar as vendas. Em frente à bodega, é realizada anualmente a Feira Solidária Sabores e Saberes, com barracas armadas pelos produtores associados e intensa movimentação com venda de artesanato, comidas típicas e festas culturais.

Segundo as associadas, um obstáculo é que a Coapsol ainda não é totalmente autossustentável, daí porque a forma de ganho ainda continua sendo pelo grupo que produz e comercializa. Mas a avaliação geral é que a Coapsol é um espaço de aprendizagem, onde se constrói o coletivo, espaço para a convivência, a autogestão, em que a confiança é básica para a produção e comercialização entre os grupos e os que a gerenciam.

5.2 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EM AÇÃO – BUDEGAMA

Fundada em 1999, reúne 22 mulheres da região metropolitana (RM) de Fortaleza e bairros circunvizinhos, iniciada a partir de um projeto de Alfabetização de Adultos, apoiado pela Cáritas Arquidiocesana. A Budegama possui um fundo fixo que possibilita às associadas adquirirem máquinas para o trabalho de produção e assim desenvolverem as atividades voltadas para a produção de artesanato (bonecas, bordado etc.) e confecção. A associação trabalha com dois tipos de fundos: o rotativo que circula para a produção e comercialização dos produtos, e o fixo, que antecipa a quem produz até 50% do valor da mercadoria entregue. O comitê gestor é formado por três mulheres, composto da seguinte forma: uma presidente, uma vice-presidente e uma tesoureira.

Como a associação é fruto de um curso de alfabetização de adultos, o ensino e a aprendizagem têm lugar especial na vida destas mulheres que buscam complementar, à noite, os estudos, bem como discutir, em reuniões mensais, assuntos ligados a economia solidária, movimento social, redes de troca, troca de saber e intercâmbio com outros grupos produtivos solidários, feiras solidárias locais, regionais, nacionais. Elas participam ainda da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária e realizam oficinas temáticas sobre gênero e violência doméstica.

Quanto às dificuldades relatadas pelas gestoras, uma delas é a produção ainda pequena de peças para comercialização, comprometendo a participação e exposição de produtos em feiras solidárias. Mas, segundo elas, as dificuldades são bem poucas em relação à autonomia conquistada.

6 OS DILEMAS DA GESTÃO SOCIAL DOS RECURSOS PÚBLICOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 SOBRE A GESTÃO COMUNITÁRIA DOS FUNDOS ROTATIVOS DA REDE BODEGA

Os indícios apontam que o projeto de fundos rotativos permitiu ampliar e consolidar as experiências das bodegas como espaços fixos de comercialização coletiva e autogestionária, contribuindo com a sustentabilidade dos diferentes sujeitos – grupos integrantes da Rede Bodega e entidades de apoio – na implementação de ações concretas na construção de instrumentais, dinamização e autogestão dos fundos de produção e comercialização solidária coletiva (GONÇALVES; SANTOS FILHO, 2010). Possibilitou pensar, refletir e construir planejamentos e processos de organização, produção, comercialização, formação com o conjunto das bodegas, fortalecendo as relações, diálogos e os laços que unem em torno de uma nova perspectiva de economia popular que favoreça a geração e o aumento da renda dos grupos produtores/as, a segurança alimentar, a autoestima das famílias, a prática de agricultura familiar que adote novas tecnologias que contribuam para a preservação da vida, da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, motivando-os(as) para uma maior criatividade dentro do próprio processo de produção, participação e interação coletiva.

Mas nota-se ainda a fraca integração com o mercado, seja pela inconstância do volume de produção, seja pela baixa agregação de valor aos produtos; a articulação institucional ainda é insuficiente, exigindo mais esforços dos participantes. Isto fica claro na participação em feiras de intercâmbio, que, para funcionar, exigem a participação de muitos parceiros; conseqüentemente, ocorrem descontinuidade das ações, que é o lado sombrio da falta de parceiros tradicionais, pois as redes mais densas ainda estão por se construir.

6.2 SOBRE A RACIONALIDADE BUROCRÁTICA X UTOPIA COMUNITÁRIA

O grande desafio do fomento aos FRSS, no caso do PAPPS, tem sido compatibilizar a dinâmica das maneiras de agir e decidir, alocar e poupar do movimento da economia solidária referenciada na utopia da inclusão de afetos que as relações cooperativas propiciam, quando confrontada com as normas e regramentos impessoais exigidas pela racionalidade weberiana, que está colocada na adesão a uma política pública.

Como exemplo, cita-se o desconhecimento das exigências da legislação e dos normativos, especialmente as leis que regem convênios, como a Lei nº 8.666 e Instrução Normativa (IN) nº 01/1997, que exige concorrências e licitações para gastos acima de certos valores. O desconhecimento das exigências legais afeta as prestações de contas, principalmente em termos de comprovação de despesas, a saber: notas fiscais, carimbos, movimentação bancária, procedimentos licitatórios.

Esses dados da realidade suscitam muitas reflexões, pois, pensando com o esquema analítico de Santos (2009), há uma tensão entre “regulação” e “emancipação” na qual o pilar da regulação (leia-se o Estado) tende a sugar as energias emancipatórias das experiências, burocratizando-as. Regulação e emancipação vinculam-se de uma forma extremamente complexa, pois ao mesmo tempo em que se constituem em “pilares” distintos de funcionamento do tripé Estado-sociedade-mercado, estão fortemente imbricadas e, no caso do fomento aos fundos rotativos, corporificadas na tensão entre o “autofinanciamento” e a dependência de repasses de fundos públicos.

6.3 SOBRE A ATUALIZAÇÃO DE SUJEITOS E (RE)SIGNIFICADOS

Para além do crédito não reembolsável ao banco, o foco central dos fundos são os interesses dos grupos ou das comunidades e a solidariedade tecida em suas relações sociais como poderoso instrumento na geração da renda. Em seu desenho e metodologia, o papel atribuído aos fundos não é de apenas prover o crédito segundo uma lógica financeira tradicional e/ou segundo uma lógica clientelista presente em comunidades rurais, mas sim, exercitar um diálogo político-pedagógico em que a comunidade se aproprie dos circuitos financeiros, apontando para a emancipação das comunidades beneficiárias a partir da lógica da solidariedade. Por exemplo, na questão de gênero, para algumas associadas da Coapsol, os maridos apoiam, principalmente quando eles também participam de movimentos sociais. Para outras, os maridos preferiam que ficassem em casa. Mas todas são unânimes: passaram a ser mais valorizadas em casa, por estarem trabalhando e exercendo sua autonomia.

Desta forma, os resultados e impactos do PAPPS deverão ser examinados não só na melhoria das condições de vida das pessoas nas comunidades, mas principalmente deverão ser examinadas as incidências das ações do programa sobre as relações de solidariedade e a própria sociabilidade na comunidade. Portanto, a questão central é de que forma os FRSs vêm permitindo ressignificações nas relações entre as pessoas e entre estas e a natureza nas suas comunidades.

Em busca de pistas, quatro eixos fundamentais deverão ser analisados, seja para experiências na cidade ou no campo: fortalecimento da organização produtiva, das tecnologias e demais saberes tradicionais; autonomia política em relação às práticas clientelistas locais; desenvolvimento de novas relações homem/natureza condizentes com a proposta de convivência com o semiárido e ressignificações em suas identidades tradicionais.

Finalizando, trata-se de um conjunto de indagações que nos remete à problemática central que são as ligações complexas entre tradição e mudança social e entre estrutura e ação social, a partir da mercantilização e monetarização da vida social. Certamente, esta investigação contribuirá para apontar caminhos para a continuidade (ou não!) do PAPPS.

REFERÊNCIAS

- BERTUCCI, A.; SILVA, R. M. **Vinte anos de economia popular solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira – dos PAC à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.
- DOWBOR, L. **Democracia econômica** – alternativas de gestão social. Petrópolis: Vozes 2008. 214 p.
- DUQUE, G.; SANTOS FILHO, C. **Comunidade rural e cooperação entre camponeses**: os fundos rotativos solidários na Paraíba. In: CONGRESSO EUROPEU CEISAL DE LATINO AMERICANISTAS, 5. Bruxelas, Bélgica, de 11 a 14 abr. 2007. 10 p.
- FRANÇA FILHO, G. C. **Gestão social**: um conceito em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL - II COLÓQUIO INTERNACIONAL EL ANÁLISIS DE LAS ORGANIZACIONES Y LA GESTIÓN ESTRATÉGICA: PERSPECTIVAS LATINAS, 9. Salvador-Bahia-Brasil, 16 a 18 de jun. de 2003.
- GONÇALVES, A. F.; SANTOS FILHO, C. **Os fundos rotativos solidários e a agro-ecologia**: mediações culturais em comunidades camponesas no nordeste brasileiro. CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. Brasil, Pernambuco, Porto de Galinhas, nov. 2010.

MOTA, J. R. D. **Políticas públicas e economia solidária. Avaliação do projeto Sementes da Solidariedade.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. 56p.

PAIVA, V. R. A. de. **Mulheres, trabalho e cidadania:** a construção de significados numa lógica solidária de inclusão – a experiência da incubadora feminina da associação de moradores do Conjunto Palmeiras. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2006.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, B. de S. **Crítica da razão indolente** – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS FILHO, C. **Fundos rotativos solidários:** uma experiência de gestão social de recursos públicos nos marcos da economia solidária no Nordeste do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3. Universidade Federal de Lavras, 2010.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. Credit rationing in markets with imperfect information. **The American Economic Review**, v. 71, n. 3, p. 393-410, jun.1981.